

DESPESAS MILITARES E AMBIENTE CONDICIONADOR NA POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA (1975-1992) (*)

Manuel Ennes Ferreira (**)

No quadro do sistema político e económico angolano que vigorou durante a I República (Novembro de 1975 a Setembro de 1992), o monopartidarismo e a acção tutelar do Estado no domínio económico imperaram (1).

A definição dos objectivos de desenvolvimento económico e social e da política económica a seguir surgiu sempre durante o ritual institucional típico destas situações, onde Partido/Governo/Estado se confundiam (2): I Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1977), I Congresso Extraordinário do MPLA/PT (Dezembro de 1980), II Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1985), III Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1990) e, finalmente, II Congresso Extraordinário do MPLA/PT (Abril de 1991) (v. tabela 1).

Os objectivos económicos de horizonte trienal ou quinquenal que dali emanavam, traduzidos na definição de metas fixadas pelos planos anuais, espelhavam um modelo onde uma autoridade central decidia e escolhia os objectivos e meios de política económica de forma perfeitamente autónoma face aos restantes agentes económicos. O *plano* deveria desempenhar neste contexto o papel de regulador dominante da economia — *regulação administrativa*.

No entanto, ao longo de todo este período assiste-se a rápidas mutações quer na envolvente económica e política internacional quer, sobretudo, nas condições internas do país. Estas alterações, associadas a um crescendo de incerteza e instabilidade quanto ao comportamento das variáveis económica, política, militar e social em Angola, condicionaram fortemente a eficácia da aplicação da política económica (3) e, por consequência, a obtenção das metas fixadas nos planos.

Estas mutações contribuíram decisivamente para o reconhecimento do falhanço da regulação administrativa da economia, abrindo caminho para a desco-

(*) O autor agradece os comentários feitos por Adelino Torres, João Dias, Manuela Arcanjo e Vítor Santos (ISEG) e António Carranca (ISCTE).

(**) Instituto Superior de Economia e Gestão e Centro de Estudos Sobre África.

(1) Para uma abordagem económica sobre este período v. Ferreira (1990), Ferreira (1992) e Ferreira (1994). Numa perspectiva de interacção dos aspectos políticos e económicos, v. Ferreira (1992a) e Ferreira (1993).

(2) A título meramente exemplificativo e de acordo com MPA (1990), p. 81, na afectação dos recursos cambiais para o programa de investimentos no país em 1991 encontra-se inscrita a verba de 19,4 milhões de dólares (num total de 200 milhões) a ser afecta ao partido MPLA/PT.

(3) V. Ferreira (1990a).

berta das virtualidades da regulação pelo mercado ⁽⁴⁾, primeiro de forma mitigada (através do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, de 1987) e, mais tarde, assumida explicitamente nos objectivos da política económica (1991-1995) aprovados durante o III Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1990).

Do ponto de vista prático, a *performance* económica desta economia acabou por ser determinada particularmente por três factores: pelas consequências directas e indirectas da situação militar no país, pelo aumento da dependência face ao sector petrolífero e, finalmente, por uma má definição e gestão da política económica.

Este artigo visa, assim, mostrar a influência destes factores no desenvolvimento económico do país, bem como situar a estrutura condicionadora da sua política económica.

1 — Programas económicos, objectivos de desenvolvimento económico e despesas militares na I República (1975-1992)

Ao nível do discurso económico, podem distinguir dois períodos. O primeiro, que decorre entre 1975 e 1987, caracteriza-se pela negação do papel e importância do mercado e do agente económico privado, pelo dirigismo económico estatal e pela ausência de participação nos principais organismos e instituições económicas internacionais.

O segundo período, que decorre entre 1987 e 1992, começa lentamente a pôr em causa as «virtualidades» da forte intervenção estatal no domínio económico, abrindo caminho para a «redescoberta» da economia de mercado, do papel do empresário nacional privado e das vantagens da inserção nas instituições e organismos financeiros internacionais (nomeadamente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial).

1.1 — Da direcção central da economia à economia de mercado

Durante o 1.º período, e em particular até 1983, a estratégia económica definida deixava entender o desejo de adoptar uma estratégia de substituição de importações.

Apostava-se na «diversificação da estrutura produtiva agrícola e industrial» ⁽⁵⁾. Ao sector extractivo, nomeadamente ao petróleo, foi atribuído um pa-

⁽⁴⁾ V., por exemplo, Aguilar (1991) e Ferreira (1992b).

⁽⁵⁾ MPLA/PT (1977), pp. 49-58.

pel financiador deste processo: «No sector extractivo dar prioridade ao petróleo, diamantes, ferro [...] [pois] reúnem as condições capazes de gerar excedente necessário, através da exportação, à constituição do fundo de acumulação indispensável para o lançamento da indústria pesada no País ⁽⁶⁾.» Finalmente, apostava-se na diversificação das exportações para diminuir o grau de dependência externa ⁽⁷⁾.

O I Congresso Extraordinário, de 1980, reafirma na sua essência o conteúdo do I Congresso, embora faça duas importantes constatações: a primeira respeita ao *fracasso da recuperação económica* ⁽⁸⁾ (diminuindo a produção) ⁽⁹⁾, enquanto a segunda se refere à *situação de guerra*.

Contrastando com a menor importância que lhe era atribuída anteriormente, esta última passa para primeiro plano: «Que se considere a Defesa como sector prioritário [...], harmonizando devidamente o *desenvolvimento sócio-económico do país com as exigências da estratégia político-militar* ⁽¹⁰⁾.»

A combinação destes dois factores conjugada com o aparecimento de um terceiro factor — a queda do preço do petróleo em 1982 — irá despoletar a inversão da estratégia e da política económica, passando-se agora para uma outra assumidamente orientada para a exportação.

O Plano Global de Emergência ⁽¹¹⁾, de 1983, formaliza este ponto de viragem.

Aqui se apresenta de forma mais clara a política de austeridade iniciada em 1982. Advoga-se que os recursos financeiros devem ser canalizados prioritariamente para o *aumento da produção de petróleo/diamantes* e, depois, para o *aumento da oferta de produtos e outros bens para a defesa*, campo e cidades; em terceiro lugar, para o aumento da produção agrícola e, finalmente, para efectuar reabilitações económicas.

O II Congresso do MPLA/PT (1985) vai sancionar esta nova estratégia como forma de garantir os meios financeiros necessários à sobrevivência do aparelho político, administrativo e militar.

⁽⁶⁾ MPLA/PT (1977), p. 49.

⁽⁷⁾ MPLA/PT (1977), p. 98.

⁽⁸⁾ Nos documentos deste Congresso era referido que «canalizou-se uma grande parte dos recursos cambiais para a aquisição de bens de consumo e matérias-primas para o seu fabrico, em prejuízo de equipamentos e outros meios de produção indispensáveis ao arranque da economia nacional».

⁽⁹⁾ De acordo com MPLA/PT (1980), p. 76, «em 1979 a produção mercantil controlada pelo Estado não permitiu senão cobrir 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e 15% das necessidades da indústria em matérias-primas».

⁽¹⁰⁾ MPLA/PT (1980a), p. 43.

⁽¹¹⁾ O plano global de emergência foi elaborado durante a 9.ª e 10.ª reuniões do CC do MPLA/PT, realizadas a 18 e 19 de Fevereiro de 1983, e ratificado na 7.ª Sessão da Assembleia do Povo, a 23 de Fevereiro de 1983.

Agora já não se pensa em harmonizar defesa com desenvolvimento económico-social (I Congresso Extraordinário de 1980). Pelo contrário, reconhece-se que «a política económica teve de ser reajustada condicionando-se aos superiores interesses da defesa» (12).

Desta forma, «dar prioridade absoluta às necessidades da defesa do país» (13) surge como o primeiro objectivo para o quinquénio 1986-1990. O sector económico fica completamente subordinado ao sector militar (14).

Priorizar as relações económicas com o exterior e dinamizar as exportações como factor determinante do equilíbrio da economia nacional (15) aparece como terceiro objectivo. O sector dos *petróleos* é reconhecido como a «*principal fonte de financiamento* ao funcionamento e desenvolvimento da economia do País, [o qual] deverá ser objecto de atenção e prioridade devido ao papel decisivo que lhe cabe no contexto nacional» (16).

Esta inversão e definição da nova estratégia económica é o reconhecimento de que as *condições internas* (os gastos financeiros e a canalização de recursos económicos e humanos para a defesa, a impossibilidade de recuperar a agricultura e a indústria, a comercialização e a rede de transportes, a incapacidade administrativa, etc.) *determinam o que factores externos* (a queda do preço do petróleo) *condicionam*.

Com a queda brusca do preço do petróleo em 1986 (de 27 para 13 dólares/barril), a economia angolana é sacudida por um forte abanão.

Não é de estranhar, então, o anúncio de um programa de saneamento económico e financeiro (SEF), em 1987, previsto na sua aplicação para quatro anos e cujos objectivos centrais seriam os de corrigir os desequilíbrios financeiros interno e externo, reestruturar o sistema económico e relançar a economia.

Para se entender o aparecimento do SEF é necessário realçar que os condicionalismos anteriores não só persistiam como se haviam agravado: a guerra e a dependência acrescida face ao petróleo (peso no PIB, nas receitas de exportação e nas receitas do orçamento). Mas um novo e não menos decisivo ele-

(12) MPLA/PT (1985), p. 4.

(13) MPLA/PT (1985), pp. 4-6.

(14) De acordo com MPLA/PT (1985), pp. 4-5, «no domínio da prioridade absoluta às necessidades da defesa do país, [...] a indústria transformadora deverá prioritariamente produzir e canalizar para a defesa a sua produção». Esta produção diz respeito a «bens alimentares, bens de higiene, tabaco, bebidas, vestuário e calçado, cobertores, colchões, etc., bem como satisfazer as necessidades da defesa em equipamentos de transporte rodoviário e marítimo, materiais para a construção de infra-estruturas militares, equipamentos para os quartelamentos e outros bens de consumo duradouros bem como assegurar a respectiva assistência pós-venda».

(15) MPLA/PT (1985), pp. 7-9.

(16) MPLA/PT (1985), p. 7.

mento aparece: o peso crescente da dívida externa e a concentração dos encargos do serviço da dívida para o período de 1989-1991 ⁽¹⁷⁾.

O agravamento da dívida externa foi o corolário lógico duma situação económica progressivamente degradada, a qual, mais cedo ou mais tarde, haveria de fazer sentir as suas repercussões. Perante a incapacidade de manter ou aumentar os seus níveis de produção industrial e agrícola, a componente importações foi a salvaguarda desta economia. Contudo, tudo tem um limite e nem a credibilidade financeira de um país exportador de petróleo é eterna: a obtenção de créditos foi-se tornando cada vez mais difícil e o prazo de reembolso começou a concentrar-se no curto e médio prazos ⁽¹⁸⁾.

Neste ambiente surge o SEF, publicamente em Agosto de 1987, e com início previsto para 1988 ⁽¹⁹⁾.

O SEF foi um programa elaborado pelas autoridades angolanas. Porém, pelas medidas que aí eram preconizadas, pela urgente necessidade de meios financeiros externos e do apoio do campo ocidental face à desgastante situação militar, o SEF representou, na prática, uma «Carta de Intenções», dirigida ao FMI e ao Banco Mundial, aos quais, aliás, o governo desde logo manifestou o seu interesse em aderir.

Como dizia o então Ministro da Esfera Produtiva, «pensamos que o *nosso programa de SEF não é muito diferente das exigências que o FMI e o Banco Mundial têm feito* quando se trata de filiação de algum país ou da apresentação de propostas para o seu saneamento económico e financeiro. Devo dizer mesmo que *o nosso programa em determinados aspectos é até um pouco mais rígido*» ⁽²⁰⁾.

A «flexibilidade» demonstrada por Angola com aquela «Carta de Intenções» marca o início (tímido) de um novo posicionamento, interno e internacional, nos campos económico e político.

O adiamento sucessivo das medidas correctoras dos desequilíbrios interno e externo da economia angolana, desde o aparecimento do SEF em 1987, reflecte bem a resistência à mudança que se assistia no seio do Governo e do Partido.

A fim de tentar reabilitar o espírito do SEF, o governo elabora o *Programa de Recuperação Económica (PRE)* para o biénio de 1989-1990.

Do ponto de vista prático, do PRE pouco haverá a dizer, pese embora ele fosse entendido como o iniciador da aplicação das medidas de estabilização

⁽¹⁷⁾ A este propósito v. Ferreira (1988), Ferreira (1990) e Ferreira (1990a).

⁽¹⁸⁾ De acordo com PSEF (1987), o Presidente angolano reconhece que «a impossibilidade de garantir os pagamentos externos provocou uma grande crise financeira e uma depressão económica acentuada», consequência da redução dos recursos cambiais e da necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros para assegurar importações.

⁽¹⁹⁾ Sobre esta problemática v. Ferreira (1990) e Ferreira (1992).

⁽²⁰⁾ *Jornal de Angola*, de 21 de Agosto de 1987, entrevista do Ministro da Esfera Produtiva, Loy Van-Dunen.

anunciadas no SEF. Para além da publicação de alguma legislação, as principais medidas foram proteladas: a desvalorização do kwanza e o ajustamento dos preços administrativos.

Para tentar introduzir de novo o ânimo das reformas económicas, é anunciado o *Programa de Acção do Governo* (PAG) a meio do ano de 1990, o qual referia, uma vez mais, «a crise profunda e os graves desequilíbrios da economia angolana» e a necessidade de aplicar «um conjunto de medidas de estabilização e de correcção estrutural» (21). A justificação para os referidos desequilíbrios e distorções na economia encontram-se «nos efeitos directos e indirectos da guerra, na inadequação do sistema de direcção da economia e, fundamentalmente, no colapso do funcionamento do sistema monetário-financeiro» (22).

Importantes medidas se preconizavam neste programa, medidas essas que «constituíam um instrumento imprescindível de resistência em situação de guerra» (23): reduzir o *stock* monetário e o défice orçamental, conter os investimentos que recorram do orçamento cambial, reescalonar a dívida externa, reduzir a lista dos produtos com preços controlados, desvalorizar o kwanza e aumentar as importações de bens de consumo e intermédios para abastecimento do mercado oficial. A acompanhar estas medidas dever-se-ia preparar um programa de ajustamento estrutural para posterior discussão com o FMI e Banco Mundial.

Surpreendentemente a desvalorização do kwanza foi uma vez mais adiada. E mais surpreendente ainda, o Governo decidiu, entre 22 e 29 de Setembro, proceder à troca da moeda nacional com a criação do novo kwanza, demonstrando, uma vez mais, a incoerência da sua política económica.

Acreditando, ainda, ser possível dirigir administrativamente a economia, pensou-se corrigir a relação massa monetária/nível de preços/oferta e preços do mercado oficial/mercado paralelo, através de uma redução brutal da quantidade de moeda em circulação na economia. O resultado final foi óbvio: as distorções económicas permaneceram e o mercado paralelo continuou a ser a referência do funcionamento real da economia.

O III Congresso do MPLA/PT, realizado alguns meses mais tarde, Dezembro de 1990, no que se refere às condições para implementação da política económica, assinala que se deve «perspectivar as linhas mestras para a recuperação económica do país numa situação completamente diferente, em que a criação de uma economia em condições de paz passa a ser uma das vertentes fundamentais no domínio da política económica» (24).

(21) PAG (1990), p. 1.

(22) PAG (1990).

(23) PAG (1990), p. 8.

(24) MPLA/PT (1990), p. 52. Curiosamente, mesmo perante a inevitabilidade do fim da guerra, no capítulo referente aos «Objectivos gerais da política económica para o quinquénio de 1991-1995», afirma-se que é necessário garantir que a economia continue a criar infra-estruturas de apoio à defesa ao mesmo tempo que algumas acções militares garantem o funcionamento da economia (p. 56).

Para dar corpo à filosofia da política económica emanada do III Congresso, o plano nacional aprovado no 1.º semestre de 1991 aponta como objectivos: remonetização geral da economia, contenção dos défices do OGE e da balança de pagamentos e aperfeiçoamento da gestão macroeconómica.

A aplicação das medidas de política económica previstas e a prossecução dos objectivos traçados vieram a sofrer atrasos e redefinições, fruto de alterações importantes ocorridas neste período:

Por um lado, uma crescente pressão por parte do FMI e BM para aplicação mais rápida e decidida das medidas que se impunham;

Por outro, a criação de um novo quadro político decorrente dos Acordos de Paz de Bicesse (Maio de 1991) e estabelecido entre o Governo e a UNITA, o qual iria conduzir o país à realização de eleições gerais em Setembro de 1992.

Neste quadro ocorreu, finalmente, a desvalorização do novo kwanza, primeiro em Março de 1991 (100%), seguida de duas outras neste mesmo ano: em Novembro e Dezembro, de 50% e 100%, respectivamente. Nos primeiros meses de 1992, nova desvalorização de cerca de 200 %.

1.2 — Despesas militares e desenvolvimento ⁽²⁵⁾

A relação existente (positiva ou negativa) entre despesas militares e crescimento económico depende das condições específicas do país em causa. Os efeitos económicos daquele tipo de despesas depende não só da sua dimensão mas também da sua composição: ligação ou não com a indústria nacional, maior ou menor utilização das receitas cambiais do país, etc. ⁽²⁶⁾.

Um problema que desde logo se coloca diz respeito ao facto de que recursos crescentes e adicionais destinados às despesas militares significa menos recursos para investimento e produção no sector não militar (ver quadro 1), pelo que o efeito negativo que daqui se pode esperar é evidente. E ele será tanto mais agravado quanto a despesa militar tiver um alto conteúdo de importação, reduzindo, deste modo, as possibilidades de importação de máquinas e produtos intermédios ⁽²⁷⁾. O que foi, claramente, o caso de Angola ⁽²⁸⁾.

⁽²⁵⁾ Um desenvolvimento deste tema pode ser encontrado em Ferreira (1993a) e Ferreira (1993b).

⁽²⁶⁾ Entre outros, v. Benoit (1978).

⁽²⁷⁾ V., por exemplo, Maizels (1986).

⁽²⁸⁾ Entre um dos múltiplos exemplos anuais, registe-se a declaração do Ministro do Plano, Lopo de Nascimento, aquando da apresentação do plano de emergência para 1984: «Os recursos disponíveis não são os recursos do país, mas sim apenas aqueles que restam após as necessidades de defesa terem sido satisfeitas.» [EIU (1984).]

QUADRO 1

Despesas militares e despesas com o financiamento do desenvolvimento económico relativamente ao total do OGE em Angola (1978-1991)

(Em percentagem)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
DM/OGE	24,8	26,2	21,8	20,1	25,2	34,3	38,7
Fin. DES/OGE	24,0	30,7	23,6	37,3	24,6	14,0	15,3

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
DM/OGE	37,9	37,8	41,8	45,9	48,5	39,5	20,6
Fin. DES/OGE	10,2	12,1	14,9	17,5	14,8	12,4	11,9

Nota: DM — despesas militares inscritas no OGE.

OGE — despesa total do Orçamento Geral do Estado.

Fin. DES — despesas relativas ao financiamento do desenvolvimento inscritas no OGE.

Partindo da constatação de que o Estado Angolano foi o principal agente económico no país e que os recursos de que dispõe para financiar o desenvolvimento económico e o esforço de defesa se encontram inscritos no seu orçamento anual, pareceu-nos ser plausível testar a hipótese de que um aumento dos recursos disponíveis para a defesa iriam ter um efeito negativo no crescimento real do PIB.

A fim de verificarmos da validade desta asserção, efectuámos um ajustamento pelo método dos mínimos quadrados entre a taxa de crescimento real anual do PIB e o rácio das despesas militares face às despesas totais do orçamento do Estado (DM/OGE), no período de 1979-1991: estatisticamente fraco, o sinal do coeficiente associado à variável explicativa (DM/OGE) verificou-se ser positivo. O que contraria a presunção de correlação negativa, admitida como hipótese de partida.

No entanto, em virtude do crescente peso que se constata existir no andamento do sector petrolífero no PIB e porque esta actividade tem estado alheia à situação de guerra no país, estabelecemos novo ajustamento, excluindo do PIB o valor correspondente ao sector petrolífero (onde TXCPIBsp — taxa de crescimento real do PIB sem sector petrolífero), para o período de 1979-1991 ⁽²⁹⁾:

$$TXCPIBsp = 5,646 - 0,209423 DM/OGE \quad R^2 = 0,222$$

$$(1,366) \quad (-1,774)^* \quad \bar{R}^2 = 0,151$$

$$F = 3,146^*$$

⁽²⁹⁾ Os valores entre parêntesis referem-se às estatísticas *t* com (*) correspondendo a um nível de significância de 10%.

Embora o ajustamento não seja estatisticamente significativo, o facto de o sinal do coeficiente associado à variável explicativa ser negativo sugere a validade da nossa hipótese de que um acréscimo na parte das despesas militares acarreta uma influência negativa na taxa de crescimento real do PIB, excluído o sector petrolífero.

Por outro lado, dado que a maior parte dos recursos do orçamento provêm das receitas que incidem sobre a actividade petrolífera, fomos testar a hipótese de que DM/OGE seria explicada pela taxa de crescimento anual das exportações de petróleo ($TXCEXPp$) e pelo evoluir da situação militar (1979-1991). Para esta última construímos um indicador de situação militar (ISM) na forma de uma variável *dummy*.

$$DM/OGE = 10,864 + 0,05113 TXCEXPp + 10,9924 ISM$$

(2,39) (1,046) (5,305)

com $R^2 = 0,74$, $\bar{R}^2 = 0,688$ e $F = 14,29$ (os valores entre parêntesis referem-se às estatísticas t).

Estatisticamente significativo, excepto na variável $TXCEXPp$ com um nível de significância de 15%, este ajustamento revelou uma correlação positiva entre qualquer das variáveis explicativas e DM/OGE , o que confirma a hipótese de partida.

Finalmente, e para concluirmos algo mais sobre a relação crescimento económico e despesas militares, efectuámos um último ajustamento que nos permitisse extrair a elasticidade do índice de crescimento real anual do PIB, sem sector petrolífero ($IPIBsp$), relativamente às variáveis explicativas DM/OGE e ISM , no período que decorre entre 1979 e 1990:

$$\ln IPIBsp = \ln 4,789 - 0,0357 \ln DM/OGE - 0,1932 \ln ISM$$

(67,705) (0,181) (1,461)

com $R^2 = 0,686$, $\bar{R}^2 = 0,616$ e $F = 9,838$ (os valores entre parêntesis respeitam às estatísticas t).

Embora apresente um t baixo na variável DM/OGE , o ajustamento global não é desprezível e, por outro lado, os sinais das elasticidades estão de acordo com as asserções que até aqui temos produzido. Deste modo, uma variação percentual no agravamento da situação militar induz uma diminuição de 0,19% no crescimento real do PIBsp, enquanto um aumento percentual no rácio das despesas militares nas despesas totais do OGE induz uma diminuição no crescimento real do PIBsp de 0,035%.

1.3 — A instabilidade das receitas de exportação

A dependência da economia angolana face ao petróleo marcou, decisivamente, os ciclos conjunturais em que se viveu. O exemplo de 1982-1983, (plano global de emergência) e de 1986-1987 (surgimento do SEF) são elucidativos. Quando em 1986 se esperava vir a obter 47 000 milhões de kwanzas de receitas com as actividades petrolíferas, apenas 21 000 milhões ⁽³⁰⁾ foi possível arrecadar. A execução do OGE ficou seriamente comprometida.

A importância crescente que o petróleo assumiu na economia angolana, quer no total das suas exportações quer ainda no contributo para o PIB, torna-se evidente ao se constatar que, em 1991, mais de 90% das receitas cambiais provêm da exportação deste produto, mais de 50% do PIB respeitam à actividade deste sector e que cerca de 60% das receitas correntes do OGE têm origem nesta actividade.

Deste modo, em condições onde alguma incerteza e instabilidade está associada ao comportamento do mercado internacional do petróleo, as suas repercussões internas são importantes ⁽³¹⁾.

A fim de tentar traduzir isto mesmo, quantificámos um *Indicador de Instabilidade das Receitas de Exportação* ⁽³²⁾ para os subperíodos em análise:

QUADRO 2
Indicador de instabilidade das receitas de exploração

	1978-1980	1981-1985	1986-1990
Exportações globais	0.605	0.240	0.739
Exportações petróleo	0.720	0.353	0.765

⁽³⁰⁾ PSEF (1987), p. 93.

⁽³¹⁾ Gyimah-Brempong (1991) constata, num estudo sobre 34 países africanos, que a instabilidade das exportações enquanto variável explicativa adicional numa equação de crescimento neoclássica apresenta um efeito negativo e significativo na taxa de crescimento económico daqueles países.

⁽³²⁾ Este indicador (*I*) foi construído em termos de médias móveis desfasadas:

$$\frac{\sqrt{\sum (X_{t-j} - RME_t)^2}}{RME_t}$$

onde $RME_t = 1/n \sum X_{t-j}$ receitas médias de exportação, e X = exportações.

Evidencia-se a instabilidade quer nas exportações globais quer nas de petróleo, o que não poderia deixar de ser face ao peso dominante que este foi tendo nas receitas de exportação totais, o que se traduz num agravamento do *índice de concentração de Hirschmann* ⁽³³⁾:

QUADRO 3
Índice de concentração de Hirschmann

1980	1984	1989
0,732	0,874	0,892

Uma constatação imediata que se retira é que durante este período assistiu-se a uma tensão permanente entre o crescimento planificado a médio prazo e a instabilidade das receitas cambiais. Esta instabilidade teve dois efeitos sobre a economia:

- a) Um efeito de ampliação, traduzido normalmente numa política de acentuação da expansão em fases de alta conjuntural do preço do petróleo e de políticas fortemente restritivas nas fases de baixa conjuntural;
- b) Um efeito de incerteza, traduzido nas flutuações das políticas de investimento, fruto das distorções entre receitas previstas e receitas efectivas.

2 — Ambiente condicionador da política económica

Dois dos principais factores condicionantes do ambiente de aplicação da política económica em Angola dizem respeito à evolução do preço do petróleo no mercado mundial e à situação militar no país.

Espartilhada entre estes dois factores, a economia angolana foi-se degradando acompanhada de dois dilemas:

- a) Quer as receitas de exportação aumentassem ou diminuíssem acabava por pairar sempre uma política de austeridade: no primeiro caso as importações tinham tendência a aumentar, aproveitando o *boom* conjuntural (1979-1981 e 1988-1990), ao que se lhe seguia uma política contracionista correctora; no segundo caso, naturalmente, impunha-se desde logo administrar judiciosamente os recursos cambiais escassos (1982-1985 e 1991-1992);

⁽³³⁾ De acordo com UNCTAD (1988 e 1991).

- b) Se se dá prioridade à defesa irão escassear os recursos (internos e externos) destinados à promoção do desenvolvimento económico e social. Se é o inverso, é a manutenção do regime que pode ser colocado em questão.

Tanto numa como noutra situação é o investimento produtivo que sai prejudicado, ou seja, é o próprio desenvolvimento económico que é posto em causa.

Será neste contexto complexo e interactivo de factores, de ordem interna e internacional, de índole económica, política, social e militar que deve ser entendida a definição e aplicação da política económica em Angola (v. tabela II).

Com a finalidade de tentarmos traduzir quantificadamente aquele contexto, construímos um *Indicador de Ambiente Condicionador (A)* ⁽³⁴⁾ da política económica angolana, com:

$$A = \sum (a_{i=1}^5 X_{j=1}^3) + \sum (b_{i=1}^3 X_{j=1}^3), 1 \leq A \leq 3$$

e onde

- a_i — ponderador das variáveis referentes ao ambiente interno;
 b_i — ponderador das variáveis referentes ao ambiente internacional;
 X_j — representa as três situações possíveis de influência das variáveis na política económica ($P=1$, $M=2$ e $F=3$).

QUADRO 4

Indicador de ambiente condicionador da política económica em Angola (1978-1992)

	1978-1980	1981-1985	1986-1990	1991	1992
Total	1,34	1,73	2,33	2,31	2,18
Interno	1,40	1,84	2,53	2,60	2,40
Internacional	1,22	1,52	1,96	1,77	1,77

Da evolução do indicador condicionador (geral, interno e internacional), uma importante constatação se retira: o ritmo de evolução do ambiente internacional varia em menor grau do que o ambiente interno, por vezes até de sinal contrário, o que demonstra claramente que a abertura ao exterior (económica, política, etc.) se vai fazendo à medida que a situação interna se torna cada vez mais volátil, isto é, pretende-se pelo apoio externo ajuda para estabilizar a situação interna.

O facto de a situação militar, um dos principais condicionadores da política económica, ter vindo a diminuir a sua influência (em 1991 e 1992), mas

⁽³⁴⁾ A construção deste indicador resulta da ponderação atribuída a cada uma das cinco vertentes do ambiente interno e às três vertentes do ambiente internacional, tomando os valores 1, 2 e 3 de acordo com a sua influência P , M e F . Logo, o valor mínimo e máximo do indicador será 1 e 3 respectivamente.

TABELA II

Angola: Evolução do ambiente condicionador da política económica [I República (1975 — Setembro de 1992)]

		1978 a 1980	1981 a 1985	1986 a 1990	1991	1992
Ambiente interno	Económico ⁽¹⁾	P	P → M	M → F	F	F
	Social ⁽²⁾	P	P → M	M → F	F	F
	Laboral ⁽³⁾	P	P	P	F	F
	Militar ⁽⁴⁾	M	M → F	F	F → M	M
	Político ⁽⁵⁾	P	P	P	M	M
Ambiente internacional	Económico ⁽⁶⁾	P	P → M	M	M	M
	Político ⁽⁷⁾	M	M	M → P	P	P
	Institucional ⁽⁸⁾	M	M	P	P	P
Acontecimentos principais	Aumento de 15 para 30 dólares o preço do barril de petróleo de 1979 para 1980.	Diminuição do preço do petróleo entre 1981 e 1982 e taxas de juro as mais elevadas da década em 1981 e 1982. Adesão à Convenção de Lomé (Abril de 1985).	Baixa do preço do petróleo de 27 para 13 dólares entre 1985 e 1986 e aumento de 30 % de 1989 para 1990. Aumento das taxas de juro em 1988, 1989 e 1990. Anúncio do SEF (Agosto de 1987). Em Setembro de 1989 adesão ao FMI. Em Dezembro de 1988, Acordo Quadripartido de Nova Iorque (plano de retirada dos militares cubanos). Setembro de 1990 criação do Novo Kwanza.	Acordo de paz (Bicesse) em Maio entre o Governo e a UNITA. Anúncio de eleições gerais para Setembro de 1992. Primeira desvalorização de 100 % do novo kwanza (Março) seguido em Novembro (50 %) e Dezembro (100 %). Diminuição do preço do petróleo em 20 %. Elevado surto grevista e fortes reivindicações salariais. Actualização da tabela salarial da função pública.	Em Abril, o novo kwanza é desvalorizado em cerca de 200 %. Manutenção da tensão laboral e reivindicativa. Eleições em Setembro: fim da I República.	

Nota:

- P — pequena influência;
M — média influência;
F — forte influência.

⁽¹⁾ Toma-se por referência a evolução da produção interna, do défice orçamental e do saldo das contas com o exterior (BTC e balança de pagamentos).

⁽²⁾ Toma-se por referência a evolução das condições e nível de vida da população.

⁽³⁾ Influência do movimento laboral (greves, paralizações, reivindicações, etc.).

⁽⁴⁾ Influência sobre o estado e *performance* da economia.

⁽⁵⁾ Estabilidade/instabilidade em consequência da acção de forças políticas não militares.

⁽⁶⁾ Toma-se por referência a evolução do preço do petróleo no mercado internacional e das taxas de juro bancárias aplicadas aos empréstimos.

⁽⁷⁾ Medido pelas consequências do maior ou menor isolamento nas relações internacionais, derivado de apoios políticos externos (opção pelo campo socialista e presença de forças militares cubanas, nomeadamente).

⁽⁸⁾ Medido pela influência da participação ou não em instituições e acordos internacionais, nomeadamente ONU, Convenção de Lomé, FMI, Banco Mundial, etc.

mantendo-se o indicador de ambiente interno elevado, deve-se ao agravamento de vertentes até aí controladas, mas que nestes últimos anos assumiram um papel de grande relevo: as vertentes social e laboral.

Quanto à vertente social, as decisões tomadas desde 1990, ou seja, as medidas de liberalização introduzidas pela política de preços, a continuada quebra da produção interna e as dificuldades de satisfazer a procura interna pelas importações, as políticas salariais desfasadas da realidade e o impacte das sucessivas desvalorizações, traduziram-se num piorar das condições de vida da população ⁽³⁵⁾.

Face a políticas salariais completamente desfasadas no tempo e sem qualquer articulação com as medidas de política cambial e de preços, a taxa de inflação de 175% em 1991 e de 127% até Setembro de 1992 (fim da I República) podem dar uma ideia do agravamento do custo de vida.

Por outro lado, e directamente relacionado com a questão social, a vertente laboral introduziu dados novos e importantes nas tomadas de decisão de política económica.

Tendo estado a área laboral controlada pelo sindicato oficial UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) até meados de 1991, todas as tensões laborais estiveram até então perfeitamente enquadradas e controladas pelos representantes deste sindicato, o que se traduziu na prática pela apatia de quaisquer movimentos reivindicativos significativos.

A partir do momento em que se ensaiou a abertura política no país, ocorreu até ao fim da I República um movimento grevista espontâneo, não enquadrado, cobrindo não apenas Luanda mas o país, em sectores da administração pública, do sector privado e público, das multinacionais e em áreas como a indústria transformadora e extractiva, transportes, formação, saúde, educação, etc. ⁽³⁶⁾. O cariz das reivindicações espelha claramente as dificuldades do dia-a-dia dos trabalhadores: aumentos salariais entre 100% e 200%, garantia ou aumento do cabaz alimentar, transportes para os locais de trabalho, etc.

Finalmente, uma referência nesta área para o desemprego: tendo aumentado em 10% o índice de desemprego entre 1990 e 1992 e apresentando a possibilidade de se agravar, «novas tensões sociais inevitavelmente poderão surgir e contribuir para o aumento da instabilidade» ⁽³⁷⁾.

⁽³⁵⁾ A este respeito v. Hunt (1991), a propósito da evolução, medida e impacte da pobreza e insegurança alimentar em Luanda.

⁽³⁶⁾ Refiram-se algumas a título exemplificativo: em 1991, porto comercial de Luanda, transformação de madeiras, Ministério das Finanças, Endiama (diamantes), na Lunda Norte, Companhia de Electricidade do Lobito e Benguela, professores dos vários níveis de ensino, médicos e enfermeiros, trabalhadores das plataformas petrolíferas, Sorefame, Transportes Urbanos de Luanda, cimentos (Lobito) Vidrul, Construções Técnicas (empresa portuguesa), etc.; em 1992, escola de hotelaria em Cabinda, docentes universitários, porto do Lobito, etc.

⁽³⁷⁾ Declarações do director nacional de Emprego e Formação Profissional, *Jornal de Angola*, de 3 de Dezembro de 1992.

3 — Limites e conflitualidade na política económica angolana

No quadro acabado de expor, importantes *condicionantes e limites* levantaram-se na definição e aplicação da política económica angolana.

Antes de mais, o processo de tomada de decisões. Definidos que foram os fins e seleccionados os meios ⁽³⁸⁾, há que estabelecer a hierarquização dos objectivos a atingir, bem como promover as alterações institucionais que melhor se adequem à obtenção daqueles ⁽³⁹⁾. Aqui residiu um dos primeiros limites da política económica angolana: não só existiu uma enorme rigidez institucional (fruto das próprias concepções políticas do regime) como o problema da articulação dos fins de política geral com os da política económica *tout court* foi sempre problemático.

Um dos exemplos mais paradigmáticos desta situação diz respeito à prioridade que sempre foi concedida, do ponto de vista político, à situação militar. A forte pressão que esta exerceu, o desgaste e o cansaço que os diferentes grupos sociais sentiram não criaram, seguramente, um quadro propiciador à tomada de decisões polémicas ou de impacte, nem que fosse apenas a curto prazo. O caso do protelamento sucessivo da desvalorização do kwanza, pelo receio das consequências sociais que daí poderiam advir, ilustra bem esta situação. Com isso, as distorções económicas foram-se agravando e a produção interna de bens transaccionáveis prejudicada.

Um segundo limite diz respeito à não articulação entre o nível de elaboração e o nível de decisão, o que é dizer entre o nível de decisão técnica e o nível de decisão política. O hiato existente entre estas duas instâncias, agravado pelo facto de aí intervirem os interesses de ordem militar, contribuiu igualmente para condicionar a política económica angolana. O que sucedeu com o SEF é elucidativo quanto a esta questão.

Um terceiro limite respeita à própria execução da política económica. A inoperância da administração pública angolana, a descoordenação global, sectorial e regional, para não falar da indefinição institucional ou limitações comportamentais, são algumas das referências obrigatórias no caso angolano.

Um quarto limite respeita ao problema dos *lags*: quer se trate do *lag* de reconhecimento, do de decisão, de execução ou o de actuação, parece ter sido sobretudo no *lag* de reconhecimento e de decisão/execução que a política económica angolana encontrou fortes limitações na sua acção. Este último, aliás, caracterizou especialmente os anos de 1988 a 1992.

Outros limites poderiam ainda ser apresentados, nomeadamente o problema associado à escolha dos instrumentos de política económica, o grau de risco e de incerteza quanto aos resultados esperados ⁽⁴⁰⁾ ou ainda a maior rigidez ou flexibilidade dos instrumentos. Neste último caso, por exemplo, as despesas

⁽³⁸⁾ No sentido de Tinbergen (1961).

⁽³⁹⁾ V. Kirschen (1974).

⁽⁴⁰⁾ A este respeito v. MPA (1990), secção 4.4, pp. 22-23, no que se refere aos instrumentos, objectivos e incerteza na política monetária.

públicas angolanas são óptimo exemplo: conter estas despesas com o intuito de controlar o défice orçamental sempre esbarrou com a rigidez (e subida) quer da parte respeitante à defesa (com um limiar abaixo do qual não se poderia descer) quer com o intuito de financiar o Estado, as empresas públicas, subsidiar bens e serviços, etc.

Embora nem sempre explicitada claramente, ao longo da I República os objectivos últimos da política económica dirigiam-se para a promoção do crescimento económico, controlo do défice com o exterior, controlo do défice orçamental e controlo da taxa de inflação.

No entanto, dada a situação económica, política e social do país, o adiamento das decisões, a timidez de algumas delas e o carácter parcelar e isolado das mesmas trouxeram para primeiro plano e à evidência o elevado grau de conflitualidade entre aqueles objectivos.

Uma das situações exemplares resultou do conflito entre crescimento económico e equilíbrio externo, situação esta colocada desde o SEF, em 1987, até Setembro de 1992.

A conflitualidade existente entre estes dois objectivos é claramente entendida como a restrição cambial destinada ao investimento. Canalizando importantes recursos para o esforço de Defesa e tendo um limiar (relativamente rígido) destinado à importação de bens de consumo para a população, o que resta é muito pouco para a promoção do crescimento económico.

Nesta situação duas hipóteses se poderiam levantar: ou se aumentavam as importações e caminhar-se-ia para um agravamento da balança comercial, acompanhado de um endividamento externo (contradizendo o objectivo de reequilíbrio financeiro externo), ou se utilizava uma política de apoio ao investimento estrangeiro no sector não petrolífero, de que resultaria complementaridade entre o objectivo do crescimento económico e equilíbrio externo.

No entanto, mesmo nesta última situação, para tornar atractivo o investimento externo seria necessário solucionar o problema militar (conflitualidade entre as esferas político-militar e económica) e proceder-se a uma desvalorização do kwanza de modo a tornar concorrenciais, face ao exterior, a produção interna de bens transaccionáveis.

Esta última medida, contudo, foi sempre encarada pelos efeitos imediatistas nefastos que poderia produzir:

— por um lado iria onerar as importações, nomeadamente de matérias-primas e bens de equipamento. Mas elas seriam imprescindíveis para promover o crescimento económico. Não iria chocar este último objectivo com aquele outro do equilíbrio externo? Poder-se-ia argumentar que a desvalorização também incentiva as exportações e isso iria reequilibrar a balança comercial. No caso de Angola, em situação de guerra, é duvidoso que a estrutura produtiva conseguisse responder a esse estímulo;

— por outro lado, a alta dos preços dos produtos importados iria diminuir o salário real dos trabalhadores. Que efeitos redistributivos do rendimento seriam ocasionados por esta nova situação? Que impactos sobre os diferentes

grupos sociais? Como distribuir os custos sociais desta situação de transição (41)?

A hesitação e o adiamento durante quatro anos, a tomada de decisão quanto à desvalorização do kwanza encontram uma melhor explicação pelo receio das repercussões sociais (42) e políticas dessa medida do que propriamente pelos seus efeitos económicos, que, diga-se em abono da verdade, poderia permitir ao Estado aumentar o valor das suas receitas tributárias oriundas da exportação de petróleo e contribuir, desse modo, para uma diminuição do défice orçamental (43).

Conclusão

A política económica em Angola, no período compreendido entre 1975 e 1992, tem de ser compreendida como traduzindo, ou mediando, os conflitos entre grupos de interesses diversos (44), entendidos aqui em sentido lato: representantes das élites políticas do partido único, élites burocrático-administrativas (vivendo à sombra do Estado tutelar) e com fortes ligações a interesses económicos na actividade económica formal e informal e, natural ou obviamente, os interesses dos militares.

A evolução do ambiente interno e internacional condicionou fortemente a política económica angolana, caracterizada por uma forte rigidez na utilização dos instrumentos e um elevado grau de conflitualidade entre os objectivos. Constatou-se existir uma forte relação negativa entre o crescimento económico do país (sem tomar em consideração o sector petrolífero) e o rácio das despesas militares no conjunto do OGE e a situação militar.

Colocada perante um novo quadro em que as tensões sociais, laborais, étnicas e regionais têm agora mais espaço para abertamente se manifestarem, poder-se-á esperar um aumento da instabilidade política que poderá trazer consequências negativas acrescidas para o crescimento económico do país (45).

(41) A este propósito v. entre outros, Hugon (1989).

(42) Esta hesitação deve ser enquadrada no tempo, isto é, numa época em que os casos de convulsões sociais em diversos países africanos ocorreram, de que o Zaire era exemplo paradigmático, associado à abertura política em Angola que poderia permitir às diferentes forças políticas (nomeadamente a UNITA) retirarem dividendos eleitorais no caso de surgirem problemas sociais.

(43) O que na realidade veio a acontecer com a desvalorização do kwanza em Novembro e Dezembro de 1991 e com a criação «temporária» de um sistema de câmbios múltiplos, resultante da aplicação de diferentes sobretaxas aos produtos importados.

(44) Conforme já referíamos em Ferreira (1990). Sobre as consequências na classe empresarial angolana, v. Ferreira (1994).

(45) A este propósito, v. o interessante artigo de Fosu (1992).

BIBLIOGRAFIA

- AGUILLAR, R., e ZEJAN, M. (1990), «Angola», *Macroeconomic Studies*, n.º 12/90, University of Gothenburg, Department of Economics.
- (1991), «Angola: a Long and Hard Way to the Marketplace», *Macroeconomic Studies*, n.º 19/91, University of Gothenburg, Department of Economics.
- (1992), «Angola: The Last Stand of Central Planning», *Macroeconomic Studies*, n.º 33/92, University of Gothenburg, Department of Economics.
- BALL, N. (1983), «Defense and Development: a Critique of the Benoit Study», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 31, n.º 3, pp. 507-524.
- BENOIT, E. (1978), «Growth and Defense in Developing Countries», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 26, n.º 2, pp. 271-280.
- BOISSIEU, C. (1978), *Principes de Politique Economique*, Economica.
- DEGER, S. (1986), «Economic Development and Defense Expenditure», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 35, n.º 1, pp. 179-196.
- DOMMEN, E. e MAIZELS, A. (1988), «The Military Burden in Developing Countries», *The Journal of Modern African States*, 26, 3, pp. 377-401.
- EIU (The Economist Intelligence Unit) (1984), *Angola, Guinea Bissau, Cape Verde, São Tomé and Príncipe*, n.º 3, Londres.
- FERREIRA, M. Ennes (1988), «Que reajustamentos económicos? O caso da R. P. Angola», *Terra Solidária*, n.º 12, CIDAC, Lisboa.
- (1990), «A política de recuperação económica na R. P. Angola», *Política Internacional*, vol. 1, n.º 1, pp. 107-132.
- (1990a), «A política económica angolana: Limites, eficácia e conflitualidade», comunicação apresentada no I Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior, Lisboa (FIL), Abril, 32 pp.
- (1992), «Reformas económicas em Angola», *Studia Africana*, n.º 3, Centre D'Estudis Africans, Universidade de Barcelona, Espanha, pp. 27-40.
- (1992a), «Reformas políticas e económicas em Angola na I República (1975-1992)», comunicação apresentada na X Conferência Internacional de Lisboa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais — *Reformas Democráticas e Integração: a Nova Europa e as Mudanças na África Austral*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Outubro, 30 pp.
- (1992b), «Regulação económica em Angola: Do plano ao mercado», *Anais Universitários*, n.º 3, Universidade da Beira Interior, Portugal.
- (1993), «Angola: Política económica num contexto de incerteza e instabilidade», comunicação apresentada ao I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Faculdade de Economia do Porto, 5-8 de Abril.
- (1993a), «Gastos Militares, Desarrollo y Política Económica en Angola», Cuadernos de Trabajo CEALCA (Centro de Estudios de América Latina, Caribe y África), Universidad Complutense de Madrid, Fac. de CC. Económicas y Empresariales, Dept. de Economía Aplicada, Madrid, Espanha, 35 pp. (em publicação).
- (1993b), «Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992)», *África*, n.ºs 15/16, Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, Brasil.
- (1994), «Le Dur Chemin des Entrepreneurs Industriels en Angola», in *Entrepreneurs Africains* (Fauré, Y. et Ellis, S., coord.) Ed. Karthala, Paris (a publicar).
- FOSU, A. K. (1992), «Political Instability and Economic Growth: Evidence from Sub-Saharan Africa», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 40, n.º 4, Julho, pp. 829-841.
- GYIMAH-BREMPONG, K. (1991), «Export Instability and Economic Growth in Sub-Saharan Africa», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 39, n.º 4, Julho, pp. 815-828.
- HUGON, P. (1989), «Incidences Sociales des Politiques d'Ajustement», *Revue Tiers Monde*, vol. xxx, n.º 117, pp. 59-84.
- HUNT, S., e BENDER, W. (1991), «Pobreza e Insegurança Alimentar em Luanda», *Estudo n.º 1*, Ministério do Plano de Angola/UNICEF/Universidade de Oxford, 59 pp.

- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1992), *Angola: Perfil Estatístico Económico e Social (1988-1991)*, Luanda, Angola.
- KIRSCHEN, E., e outros (1966), *La Politique Economique Contemporaine*, Université Libre de Bruxelles.
- LIM, D. (1983), «Another Look at Growth and Defense in Less Developed Countries», *Economic Development and Cultural Change*, vol. 31, n.º 2, pp. 377-384.
- MAIZELS, A., e NISSANKE, M. (1986), «The Determinants of Military Expenditures in Developing Countries», *World Development*, vol. 14, n.º 9, pp. 1125-1140.
- MPA (Ministério do Plano de Angola) (1990), *Plano de 1991*, versão não oficial, aprovado em Fevereiro de 1991.
- MPLA (1977), *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da R. P. Angola (1978-1980)*, I Congresso do MPLA, Dezembro, Luanda, Angola.
- MPLA/PT (1980), *Relatório do CC ao I Congresso Extraordinário do MPLA/PT (1980)*, Luanda, Angola.
- (1980), *Sobre as Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o Período de 1981-1985*, Luanda, Angola.
- (1985), *Projecto Tese: Desenvolvimento da Produção Material*, II Congresso, Luanda, Angola.
- (1990), *Projectos de Teses ao III Congresso*, Luanda, Angola.
- PAG (*Programa de Acção do Governo*) (1990), Luanda, Angola.
- PRE (*Programa de Recuperação Económica*) (1989), Luanda, Angola.
- ROQUE, F., e outros (1991), *Economia de Angola*, Bertrand Editora, Lisboa, 335 pp.
- SANTOS, C., e SANTOS, G. (1984), *Diagnóstico do Regime Fiscal da R. P. Angola*, NOEI, Lisboa.
- SEF, *Programa de Saneamento Económico e Financeiro* (1987), Luanda, Angola.
- TINBERGEN, J. (1961), *Economic Policy: Principles and Design*, North-Holland.
- UNCTAD (1988) e (1991), *Handbook of International Trade and Development Statistics*.
- THE WORLD BANK (1991), *Angola: an Introductory Economic Review*, Washington.